



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. O objeto da contratação consiste na realização de inspeção técnica em veículos automotores apreendidos ou a serem apreendidos pela Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo-ALF/SPO e pela Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos – ALF/VCP, ou entregues a estas pelos órgãos competentes, com o objetivo de se verificar prioritariamente a integralidade do Número de Identificação Veicular (NIV), número do motor e outras partes (número da carroceria, caixa de câmbio, eixos, etc) de modo a se obter, de modo inequívoco, a comprovação de que o veículo não se encontra adulterado ou clonado, e nesses casos, se obter, quando possível, a identificação do veículo primitivo/originário. Além de verificar a integralidade do NIV do veículo, deverá ser verificada a existência de compartimentos ocultos e modificações estruturais identificadas, levando em conta a estrutura esperada dos veículos vistoriados, e que possam ser utilizadas para armazenar ou transportar mercadorias ou substâncias ilícitas.
- 1.2. **Quantidade estimada de veículos a serem vistoriados em 12 meses: 69 (sessenta e nove) veículos**, distribuídos conforme tabelas abaixo:
- 1.2.1. **A quantidade é meramente estimativa e os pagamentos dependerão do número de inspeções técnicas veiculares efetivamente realizadas.**
- 1.2.2. **Veículos leves** compreendem motocicletas, automóveis, utilitários, SUVs, caminhonetes, caminhonetes, furgões e qualquer outro veículo com peso bruto total inferior ou igual a três mil e quinhentos quilogramas (art. 12, §1º, I, da Resolução Contran nº 798, de 2 de setembro de 2020).
- 1.2.3. **Veículos pesados** compreendem caminhões truck, bitruck, carretas, bi-trens, sejam em formato baú ou lonado, e qualquer outro veículo com peso bruto total superior a três mil e quinhentos quilogramas (art. 12, §1º, II, da Resolução Contran nº 798, de 2 de setembro de 2020).

Tabela 1 – Quantidade estimada de veículos a serem vistoriados, segundo o tipo de veículo

Lote	Tipo de Veículo	Número de Veículos	Total de Veículos por Lote
1	Veículos leves	26	69
	Veículos pesados	43	

Tabela 2 – Distribuição da quantidade estimada de veículos leves segundo localização

Veículos Leves – Distribuição Quantitativa Estimada Segundo Localização		
Localização	Percentual de Distribuição	Quantidades
Campinas	10%	3
Araraquara	20%	5
Bauru	15%	4
São José do Rio Preto	5%	1
Marília	5%	1
Taubaté	15%	4



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

Sorocaba	5%	1
Itu	5%	2
São Paulo	5%	1
Ipiranga	15%	4
Total	100%	26

Tabela 3 – Distribuição da quantidade estimada de veículos pesados segundo localização

Veículos Pesados – Distribuição Quantitativa Estimada Segundo Localização		
Localização	Percentual de Distribuição	Quantidades
Campinas	20%	9
Araraquara	20%	10
Bauru	10%	4
São José do Rio Preto	5%	2
Marília	5%	2
Taubaté	5%	2
Sorocaba	10%	4
Itu	10%	4
São Paulo	10%	4
Ipiranga	5%	2
Total	100%	43

- 1.3. **Prazo de Vigência do Contrato:** vigência de 12 (doze) meses, prorrogável sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 107 da Lei 14.133, de 2021.
- 1.3.1. Para que a prorrogação seja realizada, o valor total da contratação deverá ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, a fim de que sejam mantidas as condições de habilitação estabelecidas no art. 20 da IN SEGES/ME nº 67/2021.
- 1.3.2. O objeto do contrato deverá ser executado totalmente no prazo de vigência do contrato e, sucessivamente, em cada prorrogação.
- 1.4. **Local da Prestação de Serviços:** Os veículos serão periciados PREFERENCIALMENTE nos pátios de veículos apreendidos relacionados abaixo, **podendo ser em qualquer um desses pátios ou em outro endereço localizado em um raio de até 50 km (cinquenta quilômetros) de qualquer um dos pátios abaixo relacionados:**

Tabela 4 – Endereços dos pátios

Local	Endereço
1) Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de Viracopos	Rodovia Santos Dumont SP075, Km 66 – Aeroporto de Viracopos em Campinas/SP – CEP 13052-900
2) Depósito de Mercadorias em Araraquara	Avenida Manoel de Abreu, s/n - Km 4,5, Bairro Tutoia – Araraquara/SP – CEP 14806-500
3) Depósito de Mercadorias em Bauru	Rua Halim Aidar, s/nº, Q 05 - Bairro Vila Pacífico – Bauru/SP – CEP 17051-550



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

4) Depósitos de Mercadorias em São José do Rio Preto	1- Depósito Regional à Avenida Cenobelino de Barros Serra, nº 1600, Parque Industrial 2- Depósito de Mercadorias na DRF/SJR/SP na Rua Roberto Mange, nº 360, Chácara Municipal.
5) Depósito de Mercadorias em Marília	R. Silvio Bertanha, 825 – Pq das Indústrias (para GPS usar: R. Diogo Terrão Fernandes, 26)
6) Depósito de Mercadorias em Taubaté	Rua Dr Hernani Monteiro Portella, 300 – Loteamento Industrial – Taubaté/SP – CEP 12032-170
7) Base da PF em Sorocaba	Rodoviária Raposo Tavares, Km 103.5 s/n - Jardim Itangua, Sorocaba /SP, CEP 18052-775
8) Base da PRE em Itu	Rodovia Açúcar, 0 - Ch S João – Itu/SP – CEP 13312-250
9) Base da PRE em São Paulo	SP 348, Rod. dos Bandeirantes, Km 20 - Norte, São Paulo/SP – CEP 02675-031
10) Depósito de Mercadorias em Ipiranga	Av. Presidente Wilson, 5325 – Ipiranga/SP – CEP 04220-001

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A ALF/VCP e a ALF/SPO recebem de órgãos de segurança e apreendem vários veículos carregados com mercadorias contrabandeadas. Muitos desses veículos são roubados, e após terem identificação adulterada são colocados pelas quadrilhas para transportarem mercadorias do Paraguai, principalmente cigarro. Algumas adulterações são simples, como a simples substituição das placas verdadeiras, mas a maioria dessas adulterações são sofisticadas, incluindo a supressão do número de identificação veicular (NIV) original e a regravação com a identificação de outro veículo similar. Esse processo é conhecido no meio policial como “clonagem” e inclui a falsificação ou obtenção por meios escusos da documentação do veículo original “clonado”. Atualmente, os órgãos policiais não possuem pessoal e estrutura suficientes para a realização de perícias em todos os veículos apreendidos, atendendo somente a solicitações pontuais por parte da ALF/VCP e da ALF/SPO ou no interesse de inquéritos policiais, quando abertos.
- 2.2. Dessa maneira, na falta de pessoal especializado, muitas autuações são feitas sem a realização de perícia. Geralmente, é aplicada a pena de perdimento do veículo transportador, e os proprietários, bem como os condutores dos veículos são autuados e representados criminalmente pelo crime de contrabando e descaminho.
- 2.3. Após a tramitação do devido processo administrativo, os veículos são destinados mediante leilão, doação a entidades sem fins lucrativos ou incorporação ao patrimônio da RFB ou de outro órgão da administração pública. De acordo com o §6º do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455/1976, “*serão expedidos novos certificados de registro e licenciamento de veículos em favor de adquirente em licitação ou beneficiário da destinação de que trata este artigo, mediante a apresentação de comprovante da decisão que aplica a pena de perdimento em favor da União, ficando os veículos livres de multas, gravames, encargos, débitos fiscais e outras restrições financeiras e administrativas anteriores a tal decisão...*”.
- 2.4. Para dar cumprimento a essa determinação, a RFB, antes da destinação, solicita a baixa de restrições administrativas, financeiras e até judiciais dos veículos declarados perdidos em favor



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

da Fazenda Nacional. Além disso, posteriormente à destinação, o beneficiário desta solicita ao órgão de trânsito a desvinculação dos débitos de IPVA, licenciamento e multas impostas ao veículo anteriormente à data de decretação de perdimento.

- 2.5. Ocorre que muitas vezes se têm detectado em momento posterior à lavratura do auto, algumas vezes até após a destinação, que o veículo é adulterado. Tal situação leva à retificação do auto de infração, gerando a retirada do proprietário do veículo original “clonado”, com a devida retificação do processo de multa aduaneira e a alteração na representação fiscal para fins penais. Além disso, as restrições administrativas, financeiras e judiciais porventura baixadas do prontuário do veículo original clonado são recompostas.
- 2.6. No caso de o veículo adulterado ter sido leilado, é necessário ainda recebê-lo de volta do arrematante e proceder à restituição com correção pela SELIC do valor pago pela arrematação.
- 2.7. As situações relatadas trazem enormes prejuízos, inclusive de imagem, à Receita Federal do Brasil. Tal dano é causado perante os proprietários dos veículos originais clonados, e autuados indevidamente, aos órgãos de trânsito, às seguradoras, às secretarias estaduais de fazenda, aos beneficiários de destinações e aos arrematantes de veículos em leilão e à Justiça. Além disso, as unidades da RFB precisam direcionar os escassos recursos de pessoal para retificar processos, gerando enorme retrabalho.
- 2.8. Tendo em vista o elevado número de ocorrências de adulterações nos veículos apreendidos e pelo enorme transtorno causado pela descoberta posterior da adulteração, é importantíssimo à realização de inspeção técnica em todos os veículos apreendidos, para que se tenha certeza da identidade dos veículos, antes da lavratura dos autos de infração.
- 2.9. Essa inspeção técnica não constitui atividade inerente às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da RFB e pode ser objeto de execução indireta, mediante contratação, já que não se enquadra nas vedações previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018 e atende o parágrafo único do art. 1º da Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 442/2018.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A contratação fundamenta-se no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, enquadrando-se em dispensa de licitação em razão do baixo valor econômico.
- 3.2. O procedimento de dispensa de licitação eletrônica encontra-se regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. O objeto da contratação é a realização de inspeção técnica em veículos automotores apreendidos ou a serem apreendidos pelas unidades da RFB, ou entregues a estas pelos órgãos competentes, com o objetivo de se verificar prioritariamente a integralidade do Número de Identificação Veicular (NIV), número do motor e outras partes (número da carroceria, caixa de câmbio, eixos, etc) de modo a se obter, de modo inequívoco, a comprovação de que o veículo não se encontra adulterado ou clonado, e nesses casos, se obter, quando possível, a identificação do veículo primitivo/originário. Além de verificar a integralidade do NIV do veículo, deverá ser verificada a existência de compartimentos ocultos e modificações estruturais efetuadas com o propósito de armazenar ou transportar mercadorias ou substâncias ilícitas.
- 4.2. Para atender à demanda, a empresa contratada deverá, através de pessoal próprio capacitado, e utilizando seus próprios equipamentos executar as seguintes verificações, entre outras que se fizerem necessárias:



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

4.2.1. Identificação Veicular

- 4.2.1.1. Deverão ser analisados os principais itens de identificação de um veículo: gravação do Número de Identificação Veicular - NIV (chassi), nº motor, nº caixa de câmbio, nº caixa de câmbio, nº carroceria, gravação nos vidros e para-brisas, etiquetas e plaquetas de identificação e placas de licença.
- 4.2.1.2. A identificação da gravação do Número de Identificação Veicular (NIV) gravado no chassi ou lataria deverá ser feita através de exame físico, com o uso de equipamentos e remoção de pintura, se necessário, onde se verifiquem e colem no mínimo os seguintes dados:
- a) localização da/das gravação/gravações;
 - b) disposição dos caracteres, forma e tamanho (calibre);
 - c) alinhamento, espaçamento e profundidade da gravação;
 - d) sinais do uso de solda parcial/total, repintura, uso de massa plástica ou quaisquer outros vestígios de adulteração na superfície suporte da numeração;
 - e) nos veículos de placas estrangeiras deverá ser verificado a autenticidade da gravação do chassi, e a inexistência de vestígios de gravações anteriores de chassi, especialmente nos casos de veículos comercializados no Brasil.
- 4.2.1.3. No caso do motor, caixa de câmbio e carroceria, deverão ser verificados:
- a) numeração em baixo-relevo (localização, disposição, forma e tamanho dos caracteres);
 - b) existência de indícios de regravação/adulteração na numeração original;
 - c) plaquetas/etiquetas de identificação: existência, autenticidade, situação dos rebites, indícios de retirada ou transplante.
- 4.2.1.4. Deverá ser coletado o NIV do computador de bordo do veículo, caso existente.
- 4.2.1.5. Para as etiquetas ou plaquetas de identificação deverá ser verificado:
- a) a existência das etiquetas ou plaquetas de identificação com os caracteres VIS (número sequencial de produção) previstos nas Resoluções CONTRAN nº 659/1985, 691/1988 e 24/1998, localizados no assoalho, coluna da porta dianteira lateral direita, no compartimento do motor, nos para-brisas e vidros, quando existentes.
 - b) a existência da plaqueta com o ano de fabricação do veículo, conforme exigido pelo artigo 3º da Resolução Contran nº 24/1998;
 - c) as etiquetas e plaquetas encontradas deverão ser cuidadosamente analisadas com fim de atestar se são originais, se estão danificadas, implantadas, removidas, transplantadas, ilegíveis, sem impressão ou divergentes;
 - d) os vidros deverão ser analisados para verificação de ocultação, remoção, regravação ou indícios de substituição.
- 4.2.1.6. As placas de licença deverão ser analisadas para se verificar se o lacre está íntegro, se o fabricante da placa traseira é o mesmo da placa dianteira e se a série alfanumérica identifica corretamente o estado de origem e o ano do primeiro emplacamento.
- 4.2.1.7. O Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV e o Certificado de Registro de Veículo – CRV, quando disponíveis, deverão ser examinados para verificação de sua autenticidade, através da análise dos elementos de segurança (tipo de papel, impressão, calcografia, impressão de segurança, microimpressões, imagem latente) e de vestígios de adulteração (raspagem, rasura, erros de impressão).



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

4.2.2. **Emissão de Laudo Técnico Conclusivo**

- 4.2.2.1. Após a coleta, todos os dados deverão ser criticados e analisados. Nessa análise criteriosa deverá ser verificada a correspondência dos elementos encontrados no veículo analisado com os padrões de fabricação de cada modelo, de acordo com seu ano de fabricação e do batimento entre as informações encontradas (gravações do NIV no chassi x gravações vidro x etiquetas x plaquetas x número motor ou agregados), da decodificação do NIV com as características do veículo analisado (versão, cor, ano fabricação, ano modelo, etc), com o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV, quando disponível e finalmente com os dados constantes do sistema BIN/RENAVAM e das bases dos departamentos de trânsito estaduais (DETRAN'S).
- 4.2.2.2. Após a análise, a contratada deverá **concluir sobre a originalidade do veículo através de laudo técnico, afirmando se o veículo é original ou adulterado.**
- 4.2.2.3. Caso se conclua que existe adulteração no veículo, devem-se efetuar outras análises para se identificar o veículo primitivo. Essas análises devem incluir a verificação de outros componentes do veículo, como caixa de câmbio, caixa de direção, carroceria, eixos, diferencial, bomba injetora, sistemas eletrônicos, entre outros, para colher elementos (número de peças/partes, datas de fabricação, etc) que possam identificar o veículo primitivo/original junto aos fabricantes, através de solicitação da ficha de montagem de fábrica (Carta-Laudo).
- 4.2.2.4. Após a **identificação do veículo**, deverão ser verificadas as restrições administrativas, financeiras e judiciais que pesam sobre o veículo, ainda que baixadas. Essas consultas deverão ser realizadas em sistemas atualizados (on-line).
- 4.2.2.5. A Contratada deverá dar parecer quanto à condição do veículo (original, original com divergências em relação RENAVAM/BIN ou base estadual, adulterado com identificação do primitivo e adulterado sem identificação do primitivo).
- 4.2.2.6. A condição de veículo adulterado sem identificação do primitivo ou laudo não conclusivo deverá ser excepcional e devidamente justificada pela contratada, devendo ser analisada pela fiscalização do contrato. Somente deverá ser aceita inspeção que produza esse resultado se a contratada comprovar que a adulteração é de ótima qualidade, que os elementos originais do veículo (gravação do NIV, gravação número motor, número caixa de câmbio, número carroceria, etiquetas, gravação vidros, dentre outras) foram todos suprimidos sem possibilidade de recuperação que não seja através de exame químico de responsabilidade exclusiva de perito criminal.
- 4.2.2.7. Caso a CONTRATADA necessite, para a conclusão do laudo, de outras informações que a CONTRATANTE possua ou possa requerer, esta poderá fornecê-los sem ônus para a CONTRATADA, caso não seja proibido por lei. Caso a CONTRATADA assumo o encargo de buscar ou fornecer essas informações complementares, ficará suspenso até a sua entrega o prazo dado para a CONTRATADA entregar o laudo técnico conclusivo, desde que a CONTRATADA proceda de acordo com o **subitem 4.3.7.1** deste Termo de Referência.
- 4.2.2.8. A contratada deverá entregar um laudo conclusivo para cada veículo inspecionado, e junto com cada laudo o relatório com as pesquisas e exames realizados, fotos do veículo e de seus principais elementos identificadores (placas de licença, etiquetas, plaquetas, gravação do NIV no chassi/monobloco, numeração do motor e outras que fizerem prova das conclusões, bem como de eventuais modificações encontradas).
- 4.2.2.9. Após a assinatura do contrato, **será definido pela CONTRATADA e pelo Fiscal do Contrato um modelo de laudo a ser utilizado, o qual poderá ser aperfeiçoado no decorrer do Contrato.**



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

4.2.2.10. O laudo deverá ser datado, numerado e assinado pelo responsável técnico da empresa. A CONTRATADA deverá também fornecer arquivos digitais dos laudos, documentos e fotos relativos às inspeções.

4.3. Forma de Prestação dos Serviços

4.3.1. Os veículos serão periciados PREFERENCIALMENTE nos pátios de veículos apreendidos relacionados no subitem 1.4. deste Termo de Referência, podendo ser em qualquer um dos endereços apresentados, ou em um raio de até 50 km destes.

4.3.2. A CONTRATADA arcará com os todos os custos pela movimentação, aberturas e desmontagens que sejam necessárias nos veículos para se ter acesso aos seus elementos identificadores, sendo que todos os equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços serão de sua responsabilidade.

4.3.3. A CONTRATADA se responsabiliza pela integridade dos veículos inspecionados, mantendo-os se possível trancados e no mesmo estado em que se encontravam no momento do recebimento para inspeção, remontando todos os itens que tenham sido removidos para coleta dos dados, sendo que estes não podem ser movimentados sem prévia autorização da CONTRATADA e nunca devem ser retirados do pátio.

4.3.4. Todos os equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.3.5. Todos os funcionários da contratada deverão portar crachás de identificação e deverão ser previamente cadastrados nos controles das unidades ou dos depósitos armazenadores, para poderem ter acesso aos locais da prestação dos serviços, se submetendo aos controles impostos por essas unidades.

4.3.6. Os acionamentos dos serviços serão por ordem de serviço, e em função do volume, poderão ser diários, semanais, quinzenais ou mensais.

4.3.6.1. A ordem de serviço será enviada ao e-mail indicado pela CONTRATADA e indicará quais veículos serão vistoriados a cada acionamento e a respectiva localização destes.

4.3.7. O prazo para apresentação do laudo conclusivo é de 10 dias úteis, contados da data de envio da ordem de serviço pela CONTRATANTE ao e-mail indicado pela CONTRATADA.

4.3.7.1. Em caso de impossibilidade de atendimento do prazo acima estipulado, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa fundamentada com exposição dos motivos para dilação do prazo, tais como dificuldade de agendamento junto aos depósitos, necessidade de carta-laudo, dificuldade na definição sobre o primitivo, entre outros.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Mínimos para a Prestação de Serviços

5.1.1. Como se trata de um serviço em que se busca a exatidão total das informações a serem obtidas, a empresa deverá possuir capacitação técnica adequada para a execução dos serviços.

5.1.2. Dentre outras exigências, a empresa deverá:

a) Comprovar encontrar-se habilitada para a atividade de identificação veicular perante o DETRAN-SP, como Empresa Credenciadas de Vistoria - ECVs, nos termos da Portaria DETRAN.SP nº 68/2017, de 24 de março de 2017, e da Resolução CONTRAN 466, de 11 de dezembro de 2013.

b) Comprovar treinamento de seus funcionários responsáveis pela execução do serviço objeto da contratação.



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O modelo de execução do objeto encontra-se descrito no item 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, especialmente no subitem 3.3 (Forma de Prestação dos Serviços).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. A coordenação do acompanhamento da execução contratual ficará a cargo do gestor do contrato, que será auxiliado pela equipe de fiscalização do contrato, aplicando-se, no que couber, as disposições da IN MPOG/MP nº 5/2017, nos termos do art. 1º da IN SEGES/ME nº 75/2021, que autoriza tal aplicação nas hipóteses de contratação direta previstas na Lei nº 14.133/2021.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 8.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 156 e 162 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 8.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 8.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 8.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 8.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 8.9. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 8.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

- 8.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 8.12. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 8.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação de serviços.
- 9.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 9.2.1. Qualidade do atendimento;
 - 9.2.2. Conformidade da prestação do serviço com as disposições deste Termo de Referência relativas à inspeção técnica veicular;
 - 9.2.3. Conformidade da prestação do serviço com as disposições deste Termo de Referência relativas à elaboração de laudo técnico conclusivo.
- 9.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 9.3.1. não produziu os resultados acordados;
 - 9.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 9.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 10.2. No prazo de até 5 (*cinco*) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 10.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 10.3.1. A Contratante realizará verificação minuciosa de todos os documentos referentes aos serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

10.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

10.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.3.2. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

10.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

10.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

10.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

10.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto*.

10.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

10.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11. PAGAMENTO

- 11.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 11.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 11.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de *30 (trinta)* dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 11.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 11.5.1. o prazo de validade;
 - 11.5.2. a data da emissão;
 - 11.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 11.5.4. o período de prestação dos serviços;
 - 11.5.5. o valor a pagar; e
 - 11.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 11.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 11.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

- 11.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 11.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 11.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 12.1. A forma e o critério de seleção do fornecedor encontram-se no Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. O valor total estimado desta contratação é de R\$ 10.133,93 (dez mil cento e trinta e três reais e noventa e três centavos).

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

- 14.2. Rejeitar no todo ou em parte, os Laudos Técnicos Conclusivos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 14.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 14.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por elas propostas sejam mais adequadas.
- 14.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 14.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 14.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 14.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 14.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 14.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 14.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 14.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 14.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 14.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 14.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 14.12. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- 14.13. No ato da contratação, a empresa contratada deverá apresentar declaração atestando a ausência de relação familiar ou de parentesco do representante legal da pessoa jurídica com agente público que importe a prática de nepotismo nos termos do inciso II do artigo 2º da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, conforme determina o artigo 5º da referida Portaria.



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 15.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 15.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 15.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 15.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 15.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 15.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 15.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 15.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 15.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 15.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

- 15.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 15.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 15.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 15.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 15.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 15.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 15.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 15.22. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
 - 15.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 15.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 15.23. Planejar o cronograma de execução do serviço, caso este não possa ser realizado em um único dia.

16. REAJUSTE

- 16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução por se tratar de contratação direta de baixo valor econômico e sem dedicação exclusiva de mão de obra.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. As condutas que podem ensejar a aplicação das sanções administrativas estão previstas na Lei nº 14.133, de 2021:
 - 18.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 18.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público;
 - 18.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 18.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 18.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 18.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 18.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 18.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 18.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 18.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 18.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 18.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

- 18.2. Pela infração das condições constantes deste instrumento, a CONTRATANTE poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das condições constantes no Termo de Referência consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto deste.
- 18.2.2. **Multa de:**
- 18.2.2.1. 0,5 % (meio por cento) até 2,5% (dois e meio por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 18.2.2.2. 0,5% (meio por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 18.2.2.3. 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida
- 18.2.2.4. 1,0 (um por cento) até 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento das tabelas 1 e 2 abaixo;
- 18.2.3. **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 18.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 18.3. Para efeito de aplicação das multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	1,0% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	1,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	2,0% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	2,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO

9	Cumprir quaisquer dos itens do Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
---	--	----

- 18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos em Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 18.5.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 18.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 18.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 18.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1. A Declaração do Ordenador de Despesas, para o cumprimento do inciso II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, de que a presente despesa tem **adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias** foi juntada à fl. 106 do processo administrativo nº 10831.720539/2021-92.



**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**



**SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – ALF/VCP,
UNIDADE ADMINISTRATIVA VINCULADA À ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO – ALF/SPO**

20. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1. Este Termo de Referência foi elaborado pela Seção de Programação e Logística da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos – ALF/VCP, em conformidade com suas atribuições legais e regimentais, respeitado o interesse e a conveniência da Administração.